

O FEMINISMO NEGRO E A PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS E CONHECIMENTOS ANTIRRACISTAS¹

Valéria Nascimento Carlos da Silva²

Carla Ferreira de Paula Gebara³

RESUMO:

O presente artigo versa sobre as contribuições do feminismo negro para a construção teórica e prática de uma psicologia antirracista. Os movimentos de mulheres negras possuem um percurso importante dentro do cenário de ativismo social no Brasil, sendo responsável por modificar estruturas da organização civil. A ênfase na intersecção entre gênero e raça para se compreender a experiência humana reivindica a participação política, econômica e social de mulheres negras como possibilidade de avanço de toda a sociedade. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura sobre o tema com o objetivo de compreender, analisar e discutir a história do feminismo negro em seus múltiplos aspectos e contribuições e, mais especificamente, explorar as possibilidades de articulação com a psicologia brasileira. Sabendo que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, possui papel fundamental na proteção das subjetividades, este trabalho se pretendeu potencializador do pensamento antirracista.

Palavras-chave: Psicologia Antirracista. Feminismo Negro. Interseccionalidade.

BLACK FEMINISM AND PSYCHOLOGY: CONTRIBUTIONS TO THE CONSTRUCTION OF ANTI-RACIST PRACTICES AND KNOWLEDGE

ABSTRACT:

This article deals with the contributions of black feminism to the theoretical and practical construction of an anti-racist psychology. Black women's movements have an important trajectory within the scenario of social activism in Brazil, being responsible for modifying structures of civil organization. The emphasis on the intersection between gender and race to understand the human experience claims the political, economic and social participation of black women as a possibility for the advancement of the whole society. A narrative review of the literature on the subject was carried out with the objective of understanding, analyzing and discussing the history of black feminism in its multiple aspects and contributions and, more specifically, exploring the possibilities of articulation with Brazilian psychology. Knowing that Psychology, as a

¹Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa: Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 21/05/2024 e aprovado, após reformulações, em 21/06/2024.

²Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: v.ncsilva@hotmail.com.

³Doutora em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e docente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: carlagebara@uniacademia.edu.br

science and profession, has a fundamental role in the protection of subjectivities, this work was intended to enhance anti-racist thinking.

Keywords: Anti Racism Psychology. Black Feminism. Intersectionality.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo negro no Brasil emerge como uma poderosa e vital corrente dentro do movimento feminista, desdobrando-se a partir das interseções entre gênero, raça e classe. Se desenrola como um relato complexo e rico, originado das lutas das mulheres afro-brasileiras contra as interseções de sexismo, racismo e opressão sistêmica. Engendrado no contexto histórico de lutas contra a escravidão e persistindo através das lutas contemporâneas por igualdade, o feminismo negro representa uma voz singular que desafia as estruturas de opressão que afetam mulheres negras no país. Este movimento transcende o feminismo convencional, incorporando uma abordagem interseccional que reconhece as complexas interações entre gênero e raça na experiência das mulheres afro-brasileiras.

Ao longo das décadas, o movimento feminista negro consolidou-se como uma voz indispensável, desafiando estruturas discriminatórias e redefinindo o cenário feminista brasileiro. Este movimento não apenas ressalta as experiências únicas das mulheres negras, mas também ilumina as raízes históricas profundas que moldam suas lutas contemporâneas (Davis, 2016).

Segundo Schucman e Martins (2017), o Brasil é um país de extrema desigualdade econômico-racial-sexual, de forte herança patriarcal onde a assimetria é justificada e naturalizada como atributos do mérito, ou seja, como produto de qualidades individuais. Tal discurso escamoteia as manobras que tentam a manutenção de benefícios por parte de colaboradores/beneficiários do pensamento racista e sexista. Nesta perspectiva, se para os negros o racismo, aporte da escravidão, teve um saldo perverso de destituição de direitos humanos e a não ascensão econômico-social, para os brancos a consequência foi inversamente proporcional. Nesse cenário, para mulheres negras este fator foi potencializado por uma sociedade que além de racista, também se estrutura a partir do sexismo e da heteronormatividade.

Partindo do pressuposto de que não encontramos no mundo ocidental, mais especificamente na configuração geográfica latino-americana, de onde parte esta

experiência e pesquisa, exemplos em que mulheres exercem um poder dominante nas esferas políticas, econômicas e sociais. No Brasil, evidencia-se uma marcante desigualdade econômico-racial-sexual, caracterizada por uma sólida herança patriarcal. Nesse contexto, a desigualdade é frequentemente justificada e naturalizada sob a égide do mérito, uma narrativa que disfarça as estratégias destinadas a manter privilégios por parte daqueles que se beneficiam do pensamento racista e sexista. Esta abordagem não apenas oculta as manobras que perpetuam tais desigualdades, mas também perpetua a noção de que são atributos resultantes de qualidades individuais (Schucman; Martins, 2017).

Na perspectiva racial, para os afrodescendentes, o racismo, que remonta à época da escravidão, resultou em uma cruel privação de direitos humanos e uma barreira significativa para a ascensão econômico-social, diferentemente do que ocorreu com os brancos. No entanto, para as mulheres negras, essa realidade é potencializada, uma vez que são confrontadas não apenas com o racismo sistêmico, mas também com o sexismo e a heteronormatividade presentes na sociedade. Vale destacar que, na configuração geográfica latino-americana, da qual parte esta análise, não se observam exemplos generalizados nos quais as mulheres exerçam um poder dominante nas esferas políticas, econômicas e sociais (Marcondes *et al*, 2013).

Lopes e Werneck (2009) ressaltam que o feminismo negro emerge como uma força crucial na busca pela equidade e justiça, apresentando uma perspectiva única que transcende as fronteiras do feminismo convencional. Ao unir-se à psicologia, essa corrente encontra uma poderosa ferramenta para dismantelar as complexas estruturas de opressão que impactam as mulheres negras. Esta união se torna essencial, pois a psicologia não apenas permite a compreensão profunda das experiências individuais, mas também oferece meios eficazes para desafiar as normas sociais prejudiciais e promover a transformação.

Diante deste contexto, o feminismo negro se dá como um movimento importante para a construção de uma psicologia antirracista, na denúncia e desconstrução do racismo na sociedade. Além de fazer apontamentos de como o racismo está presente nos discursos, nas práticas psicológicas e nos currículos. Portanto, trazendo uma grande evolução e maturidade no tratamento das desigualdades, emerge o questionamento: Como o feminismo negro tem contribuído para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia?

Dado a relevância do assunto, bem como a importância de se levantar estudos sobre o feminismo negro e as feridas causadas pelo racismo, este artigo busca, através de uma revisão de literatura, trazer algumas discussões das características do feminismo negro, bem como as formas de como a psicologia pode ser uma aliada no esclarecimento e combate desta prática que foi enraizada na cultura e na sociedade.

O estudo consiste em uma revisão narrativa de literatura, sendo qualitativa e descritiva. De acordo com Rother (2007), os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou estado de arte de um determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual. Seu propósito é criar uma estrutura coerente e significativa por meio de descobertas provenientes de uma variedade de estudos representativos sobre um tema específico. Incorpora publicações com abordagens metodológicas distintas, desde que estejam alinhadas com a base epistemológica dos estudos empíricos pesquisados. Isso contribui para o progresso da ciência, uma vez que auxilia na identificação de lacunas a serem preenchidas para uma compreensão mais aprofundada do tema. Este estudo será conduzido utilizando materiais já existentes, como artigos publicados em periódicos científicos nacionais, bem como obras originais, revisões teóricas e estudos qualitativos relacionados ao tema do feminismo negro/psicologia.

Dada a relevância do assunto, bem como a importância de se levantar estudos sobre o feminismo negro e as feridas causadas pelo racismo, este trabalho busca através de uma revisão de literatura trazer algumas discussões das características do feminismo negro, bem como as formas de como a psicologia pode ser aliada no esclarecimento e combate desta prática que foi enraizada na cultura e na sociedade.

2 O FEMINISMO NEGRO

Feminismo negro é um movimento social, que tem como objetivo aguçar as particularidades do movimento de mulheres negras. Como aponta Ribeiro (2018), o arcabouço teórico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas, também, sobre o modelo de sociedade que queremos. A invisibilidade da mulher negra torna-se um fator que possibilita gerar desigualdades sociais, quando

observamos as condições de renda, emprego, educação, em relação a outros grupos sociais é evidente essas diferenças. Neste sentido, vários questionamentos foram evidenciados, tais como: Por que as mulheres negras são marginalizadas? Por que as histórias de mulheres negras não são contadas? Não existe protagonismo, pelo contrário, elas são vistas como subalternas. Além disso, as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social capitalista.

O país, cuja população é majoritariamente negra, ainda apresenta desigualdades raciais significativas que se manifestam através da violação dos direitos humanos. Essas violações estão relacionadas ao racismo estrutural, abrangendo diversas dimensões, incluindo aquelas de natureza individual, institucional, religiosa, recreativa, ambiental, e outras formas graves de violência (Criola, 2021).

De acordo com Prestes e Vasconcelos (2013), no contexto brasileiro, é incontestável que não se pode argumentar a favor de um desenvolvimento igualitário e abrangente para a população negra. O país enfrentou séculos de escravidão, e o período após a abolição da escravatura não foi acompanhado por políticas públicas significativas de integração social, equidade e acesso aos direitos básicos. Embora a escravidão tenha sido oficialmente encerrada do ponto de vista legal, a ideologia racista que a fundou persiste, manifestando-se nas profundas desigualdades sociais que se perpetuam sistematicamente.

A posição das mulheres negras em várias sociedades é notadamente influenciada pela interseção de gênero e raça. Para uma compreensão mais abrangente dessa dinâmica, o paradigma da interseccionalidade é acionado (Collins, 2019). Conceito este proposto por Kimberle Crenshaw, a partir do final da década de 1980, surgiu como uma abordagem que oferece uma perspectiva para entender as dinâmicas das opressões sociais. Essa abordagem reconhece que categorias e/ou marcadores sociais, como gênero, raça, classe, sexualidade e até mesmo nacionalidade, frequentemente se sobrepõem. A interseccionalidade se apresenta como um paradigma dinâmico, não estático, que ajuda a compreender as complexas interseções e encruzilhadas dessas diferentes identidades e experiências (Crenshaw, 2004).

Nesse sentido, as mulheres negras, posicionadas dentro desse contexto de opressões interseccionais, vivenciam dinâmicas de maneira distinta em comparação

a outros grupos que não compartilham desse mesmo contexto. As violências enfrentadas por mulheres negras são profundamente marcadas por opressões raciais e de gênero, em uma sociedade que é, no mínimo, racista e sexista. Essas opressões podem ser amplificadas ainda mais quando consideramos a interseção com questões relacionadas à classe e à sexualidade (Gonzalez, 2019).

Os movimentos de mulheres negras, sejam eles feministas ou originários dos movimentos negros organizados, têm uma história rica de ativismo na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1970. O movimento de mulheres no Brasil é amplamente respeitado em nível internacional e serve como referência em determinados temas. Ao atuar a partir das perspectivas do feminismo e do antirracismo, esses movimentos têm advogado pelas questões das mulheres negras ao longo dos anos na esfera da sociedade civil. Nessa abordagem, o feminismo negro enfatiza que não apenas o gênero é uma categoria fundamental para compreender nossas experiências, mas também a raça assume uma posição central no cerne do debate. Isso implica que a situação das mulheres negras é marcada não apenas pelo gênero, mas também pela dimensão racial, a partir de experiências que vão além das questões de gênero (Carneiro, 2011).

Conforme Santos (2010), nesse sentido, dois fatores fundamentais emergiram, que resultaram na emancipação política das mulheres negras e no surgimento do feminismo negro no contexto nacional. O primeiro fator refere-se às aspirações políticas das mulheres negras que buscavam emancipação, tanto em relação ao movimento negro, devido às diferenças de gênero, quanto ao movimento de mulheres, devido às discrepâncias raciais e de classe. O segundo fator, intimamente ligado às questões do primeiro, envolve a crescente necessidade das feministas negras de estabelecerem sua própria agenda e demandas políticas.

Santos (2010), afirma que o movimento feminista negro adota uma abordagem decolonial, principalmente ao se posicionar como uma alternativa distinta e desafiadora ao feminismo hegemônico, que muitas vezes não reconhece a importância central da interseção entre feminismo e racismo. O feminismo negro brasileiro tem uma trajetória singular, influenciada pelas experiências das mulheres negras e que considera sua perspectiva a partir da América Latina. Esse processo de descolonização do feminismo, ancorado nas experiências da América Latina e do Caribe, envolve resgatar várias propostas epistemológicas e políticas, reposicionando

o pensamento e a ação para combater a tendência à universalização. As muitas mulheres negras que contribuíram para a construção do feminismo negro desempenharam um papel contínuo na promoção de ações políticas feministas descolonizadoras, direcionadas contra a colonialidade. Elas remodelaram a lógica de funcionamento e a agenda do feminismo, visando desafiar as estruturas coloniais e promover a inclusão das perspectivas das mulheres negras.

Torna-se evidente que a formulação de uma agenda e demandas políticas pelas feministas negras brasileiras era crucial para o coletivo de mulheres negras. Não era mais aceitável abordar a questão da raça sem considerar o gênero, nem abordar o gênero sem considerar a raça, especialmente em contextos em que o racismo historicamente tem raízes profundas na estrutura social e impacta fortemente em outras áreas da vida em sociedade. Esse movimento já não podia mais ser contido em termos de decisões políticas e autonomia. A elaboração de um pensamento feminista negro brasileiro representou um processo de desbravamento e uma reinvenção, à semelhança das experiências das feministas negras latino/afro-americanas. Isso culminou na formação de um coletivo de mulheres negras brasileiras, abrindo caminhos para lidar com antigas lutas e novos desafios, ao considerar as opressões interseccionais relacionadas a gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e outras categorias que afetam a vida das mulheres negras em diversos aspectos da realidade. Esse processo envolveu um longo percurso de aproximações e afastamentos, tanto do movimento negro quanto do movimento feminista, sendo essenciais para a atuação do feminismo negro como uma coletividade comprometida com a causa (Nascimento, 2021).

A expressão "*enegrecendo o feminismo*" é a forma que utilizamos para descrever a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro. Com essa expressão, busca-se destacar a origem branca e ocidental da formulação clássica do feminismo, por um lado, e, por outro, revelar a insuficiência teórica e prática para integrar as diversas experiências do feminino em sociedades multirraciais e pluriculturais. Através dessas iniciativas, foi possível desenvolver uma agenda específica que combatia simultaneamente as desigualdades de gênero e intragênero. Afirma-se uma perspectiva feminista negra que surge da condição específica de ser mulher, negra e, frequentemente, pobre (Carneiro, 2003).

A participação ativa, política e autônoma das mulheres negras surgiu como uma pauta proeminente, indicando o surgimento de uma intervenção crítica que direcionou seu olhar para sua própria participação nos movimentos negro e feminista. Isso ampliou o escopo das discussões e enriqueceu o debate de maneira construtiva.

As feministas negras trouxeram para o centro da discussão a questão da desigualdade social no Brasil, observando-a a partir da interseção racial e de gênero, que se tornou o cerne dos debates, tanto dentro dos movimentos de mulheres como em outros espaços políticos. A partir da década de 1980, o movimento das mulheres negras no Brasil emergiu de forma mais robusta, tornando-se um novo sujeito político no cenário nacional. Essa categoria política insurgente contribuiu para a compreensão das hierarquias interseccionais como estruturas fundamentais das desigualdades sociais e raciais no país, acionando um pensamento feminista negro que é teórico, político e ativista. Esse pensamento ganhou forte presença e desempenhou um papel significativo na história da luta por direitos sociais no Brasil (Santos, 2010).

De acordo com a psicóloga, ativista e feminista negra Edna Roland (2000), a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983, em São Paulo, marcou um ponto de virada significativo. Isso aconteceu após a vitória de forças democráticas e progressistas no estado, em um contexto de lenta abertura política no Brasil, ainda sob a influência do regime civil-militar. No entanto, a nomeação de trinta mulheres, todas brancas, para o Conselho, impulsionou uma mobilização das mulheres negras ativistas que faziam parte do movimento negro. Elas eram claramente excluídas dos espaços de decisão política. Esse episódio demonstra que, apesar da criação de um Conselho composto por e para mulheres, ele não representava a diversidade étnico-racial do país, deixando de fora as mulheres negras do processo de participação ativa. No entanto, isso não desvaloriza a importância da criação dessas instituições, mas ressalta a necessidade de considerar o contexto de exclusão das mulheres negras em sua formação. Apesar das dificuldades, as mulheres negras organizadas mobilizaram-se, reivindicaram e conquistaram duas vagas insuficientes no referido Conselho por meio da luta, demonstrando estratégias de resistência como sujeitos políticos.

No final da década de 1980, os movimentos de mulheres negras no Brasil já haviam se expandido por todo o país, ganhando uma ampla base nos anos subsequentes e consolidando-se ao longo das décadas de 1990 e 2000. Essa trajetória foi construída por meio de intensos debates, confrontos de ideias, projetos

políticos e estratégias de resistência. O coletivo de mulheres negras brasileiras desempenhou um papel fundamental ao trazer várias pautas para o centro do debate político, relacionadas aos direitos sociais da população em geral e, de maneira particular, da população negra, considerando os históricos de violação e supressão de direitos no Brasil. Desde então, diversas questões e tópicos relevantes para a sociedade brasileira foram discutidos, abrangendo as relações de gênero e étnico-raciais, bem como a participação política, o acesso ao mercado de trabalho, a educação, a saúde, a mídia, a intolerância religiosa, a estética, as sexualidades, a violência e muitos outros. Muitas dessas demandas foram debatidas em âmbito institucional e algumas foram incorporadas em documentos oficiais do governo brasileiro, resultando na orientação e formulação de políticas públicas no país. Isso ressalta a importância da participação política das mulheres negras tanto a nível nacional como internacional, contribuindo para a construção de um projeto de sociedade mais justa (Gonzalez, 2019).

Considerando que a subjetividade é um conceito fundamental para a psicologia, representando tudo aquilo que nos torna únicos. Destacamos no próximo item a subjetividade da mulher negra. Sabendo que ela é gerada a partir das experiências com o outro, sendo este outro, tudo aquilo que elabora efeitos no corpo e nas formas de viver, tanto no social quanto natural e, a partir disso, é possível criar diferentes maneiras de agir e se configurar no mundo (Mansano, 2009).

3 SUBJETIVIDADE DA MULHER NEGRA

As mulheres negras sobrevivem em uma sociedade que é tanto constituída quanto constitutiva da violência. De acordo com as construções sociais desde a época colonial, a população negra, e especialmente essas mulheres, enfrentam um processo de desintegração de si, sendo expostas a um grande sofrimento decorrente da violência do racismo e sexismo desde os tempos da escravidão (Veiga, 2018).

A colonização despojou-os do senso de humanidade, liberdade e da maneira africana de existir, perpetuando a visão do povo africano como colonizado. Vive-se em uma sociedade que estabelece padrões de normalidade, onde o homem branco e hétero é considerado o padrão e o ideal. Esses padrões são fundamentados em estruturas de violência que determinam uma forma específica de existir no mundo.

Esses padrões geram e perpetuam a violência, e quanto mais alguém se afasta desse padrão, mais suscetível está a sofrer violência. Compreender as subjetividades das mulheres negras significa reconhecer que se vive em um país antinegro e isso tem efeitos prejudiciais sobre as subjetividades negras (Veiga, 2018).

A partir do colonialismo, as pessoas desenvolveram uma linguagem, uma ciência, uma expressão e uma forma de compreensão. Esses aspectos tiveram impactos que permeiam a sociedade e a construção subjetiva das mulheres negras na contemporaneidade. Mesmo os descendentes africanos que não viveram na época colonial carregam em seus corpos e memórias as marcas desse período. Reconhece-se que todo povo colonizado foi submetido a um complexo de inferioridade, resultante da supressão de sua cultura original pelo processo colonizador. Existe um sentimento de inferioridade entre os negros, e parte dessa população tenta superar esse sentimento rejeitando a negritude e buscando a proximidade com a branquitude (Fanon, 2008).

Conforme Carneiro (2023), diferentemente da mulher branca, as mulheres negras enfrentam uma condição existencial específica devido à cor de sua pele e ao seu gênero: conviver diariamente com uma construção subjetiva que limita sua autenticidade como mulher negra. O racismo exerce essa violência na sociedade brasileira por meio de diversas manifestações. A formação subjetiva e o sofrimento psíquico se manifestam na população negra feminina desde a infância, desde os primórdios de sua existência no mundo. Influenciada pelo racismo, ela é compelida a buscar o que é socialmente aceitável: o ideal branco, como discutido anteriormente. Ela se anula, absorve e internaliza as estruturas do racismo. De maneira alienada, busca essa subjetividade branca, inflexível, que não corresponde à sua subjetividade, e isso a distância de seu corpo, de sua história étnica, pessoal e de sua resistência. Mesmo que a própria mulher afro-brasileira reproduza e viva essa condição de aniquilamento étnico e busca pelo branqueamento, o sofrimento está presente, pois seu corpo é o de uma mulher negra, não de uma mulher branca, e adotar características brancas a fará rejeitar sua pele negra e desejar ser outra pessoa, alguém branco.

A construção subjetiva de todo ser humano ocorre em um contexto social, cultural, ideológico e institucional. Essa concepção de subjetividade é entendida como um tecido vivo e móvel, formado pelas forças e fluxos que compõem os diversos

ambientes que habitam a subjetividade: ambiente profissional, familiar, sexo, econômico, político, cultural, tecnológico, turístico, entre outros. A subjetividade é algo moldado, produzido por processos coletivos, institucionais e sociais que influenciam os indivíduos. Ela não permanece estática, mas está em constante transformação. A partir das influências externas, ela se modifica e forma novas combinações com novas influências que adentram o mundo subjetivo. As forças e fluxos que surgem de uma sociedade racista permeiam a construção das subjetividades, o que pode não impedir, mas dificultar o processo de autodefinição como negro (Souza, 1983).

A concepção de subjetividade, conforme proposto por Bernardes (2004), baseia-se na história da subjetividade, entendida como o modo pelo qual o sujeito experimenta a si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo. Trata-se de uma produção influenciada pelo social e pela cultura, sendo concebida como uma formação existencial, uma emergência constituída em um determinado tempo e espaço, nos quais o sujeito se observa e se reconhece como um local de conhecimento e produção de verdade. Em outras palavras, a subjetividade é uma produção influenciada pelo social e pela cultura, sendo concebida como uma formação existencial, uma emergência constituída em um determinado tempo e espaço, nos quais o sujeito se observa e se reconhece como um local de conhecimento e produção de verdade. Essa concepção se aproxima da vertente teórica do construcionismo social, que enfatiza o papel determinante da linguagem, do discurso e do significado na constituição dos mundos mentais, considerando a subjetividade como parte do tecido relacional e da trama social na qual todos os indivíduos estão constantemente inseridos.

No livro “Memórias da Plantação”, de Grada Kilomba (2019), a subjetividade da mulher negra é explorada profundamente. Nele, Kilomba aborda como as experiências de mulheres negras são moldadas por uma complexa interseção de racismo, sexismo e outras formas de opressão. Ela examina como a violência racial e de gênero afeta a construção da subjetividade dessas mulheres, destacando a violência institucional, intersubjetiva e internalizada. Kilomba (2019) destaca como as mulheres negras são frequentemente submetidas a uma produção subjetiva marcada pelo racismo, que se manifesta em diversas dimensões de suas vidas, desde as interações sociais até a percepção de si mesmas. A autora também aborda como as estruturas coloniais continuam a influenciar as identidades e as experiências das

mulheres negras na contemporaneidade, destacando a importância de reconhecer e enfrentar essas dinâmicas para promover a justiça social e a emancipação das mulheres negras.

A subjetividade é moldada pelos afetos sociais, institucionais e outras relações humanas possíveis. De acordo com o documento *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos* (Conselho Federal de Psicologia, 2017), na construção subjetiva das mulheres brasileiras, está presente a violência racial e de gênero, as mulheres negras são submetidas a uma produção subjetiva influenciada pelo racismo. Segundo o CFP, o racismo, como uma forma de violência racial real, se manifesta de três maneiras: institucional, que se refere-se às práticas e políticas discriminatórias enraizadas nas instituições sociais que perpetuam a desigualdade racial de forma sistêmica. O racismo intersubjetivo, por sua vez, ocorre nas interações cotidianas entre indivíduos, onde atitudes e comportamentos racistas são expressos direta ou indiretamente. Finalmente, o racismo internalizado acontece quando as pessoas que são alvo do racismo absorvem e aceitam, consciente ou inconscientemente as mensagens depreciativas sobre sua própria raça, o que pode levar a uma diminuição da autoestima e da autoimagem. Essas três formas de manifestação do racismo são interligadas e contribuem para a manutenção das estruturas de poder e desigualdade racial na sociedade. Assim, pode-se compreender que a base da construção subjetiva dessas mulheres brasileiras seja a violência decorrente do racismo.

A subjetividade da mulher negra é profundamente influenciada pela interseccionalidade de suas identidades, que incluem não apenas gênero e raça, mas também classe social, orientação sexual, entre outros aspectos. Essa complexidade torna ainda mais importante uma abordagem interseccional no feminismo negro, que reconheça e valorize as múltiplas dimensões da experiência das mulheres negras e suas interconexões com outras formas de opressão e marginalização (Oliveira; Meneghel; Bernardes, 2009).

Conforme Carneiro (2011), apesar dos desafios e obstáculos enfrentados, as mulheres negras têm buscado cada vez mais seu empoderamento e autodeterminação. Isso envolve não apenas o reconhecimento de seus direitos e dignidade como indivíduos, mas também a capacidade de afirmar suas identidades, narrativas e demandas dentro do movimento feminista negro e da sociedade como

um todo. O fortalecimento da autoestima e da voz das mulheres negras é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

A subjetividade da mulher negra é uma fonte rica de insights e perspectivas para o feminismo negro. Suas experiências e vivências oferecem uma compreensão única das interseções entre gênero, raça e classe, enriquecendo o debate e as práticas do movimento. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de vozes e experiências das mulheres negras, o feminismo negro se torna mais inclusivo, interseccional e eficaz em sua luta por justiça social e igualdade (Carneiro, 2011).

No contexto contemporâneo, a psicologia emerge como uma ferramenta vital no combate ao racismo, oferecendo meios para compreender e enfrentar as raízes profundas e as manifestações sutis do preconceito racial. Através de intervenções terapêuticas, educação emocional e pesquisa aplicada, a psicologia não apenas ilumina os impactos psicológicos do racismo, mas também proporciona estratégias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao mergulhar nas interações entre a mente, comportamento e cultura, este item revela o potencial transformador da psicologia na luta contra a injustiça social (Carneiro, 2011).

4 A PSICOLOGIA COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Abordar as desigualdades sociais é uma empreitada desafiadora que requer conhecimento, esforço e um desejo genuíno de promover mudanças. Isso se deve ao fato de que lidar com essas questões envolve tocar em pontos sensíveis da sociedade, especialmente no que diz respeito aos privilégios de poucos. Um tema particularmente delicado é o racismo, que, sem dúvida, tem sido uma ferida profunda na sociedade brasileira desde os seus primórdios. Nesse contexto, o racismo é caracterizado como um conjunto de comportamentos que eleva a cor de pele branca acima da cor de pele preta, resultando em formas de interação e experiências que causam sofrimento e exclusão das pessoas com a pele preta (Gonzalez, 2019).

É amplamente conhecido que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e esse fato tem implicações profundas na maneira como os brasileiros lidam com essa realidade. Muitas pessoas negam as consequências dessa história nas vidas dos negros, enquanto outras não se detêm para questionar esse evento vergonhoso na história do país. O termo utilizado para descrever o julgamento negativo de uma

pessoa com base na cor de sua pele é preconceito racial (Guimarães, 2003). De acordo com o dicionário de ciências sociais, preconceito é definido como: "[...] umas atitudes negativas, desfavoráveis, para com um grupo ou seus componentes individuais. É caracterizado por crenças estereotipadas [...]. A atitude resulta de processos internos do portador e não do teste dos tributos reais do grupo" (Silva, 1987, p. 962).

A Psicologia Social surgiu da necessidade de a Psicologia expandir sua abordagem além da compreensão individual do ser humano, passando a considerar o contexto, a integralidade dos sujeitos em grupos e comunidades, e levando em conta variáveis como espaço, tempo e ambiente. Esse enfoque resultou na aproximação da Psicologia com outras áreas do conhecimento. Devido à sua ampla área de atuação e ao estudo do desenvolvimento humano, tem incorporado cada vez mais discussões sobre raça e diversidade em suas pesquisas acadêmicas e em suas práticas profissionais. Ela tem se dedicado a problematizar contextos sociais e a promover o fortalecimento da identidade negra, bem como a valorização da cultura africana entre os brasileiros descendentes. Muitos negros brasileiros enfrentam o fenômeno do embranquecimento forçado, pois têm dificuldade em reconhecer sua beleza e valor, especialmente quando se deparam com estereótipos na mídia e em outros setores que influenciam a opinião pública (Pacheco, 2011).

Para Santos (2010), uma das primeiras iniciativas da Psicologia Social para compreender e combater o racismo foi a criação da Comissão de Direitos Humanos pelo Conselho Federal de Psicologia. Essa comissão tem como missão central estabelecer os direitos humanos e a dignidade humana como princípios fundamentais na construção de uma sociedade livre de preconceitos, com ênfase na questão racial. Ela busca fornecer orientação, supervisão e fiscalização das práticas de psicólogos, garantindo o uso apropriado do conhecimento e o respeito pelos direitos humanos.

No estudo da psicologia social, os conceitos de estereótipos, preconceito e discriminação são fundamentais para entender as dinâmicas de interações sociais e suas consequências. Estereótipos são crenças generalizadas sobre as características de membros de determinados grupos, constituindo a dimensão afetiva dessas atitudes sociais. Preconceitos envolvem sentimentos e avaliações negativas em relação a esses grupos, servindo como componentes cognitivos das atitudes. Já a discriminação se refere a comportamentos e ações que desfavorecem indivíduos com

base em sua pertença a um grupo específico, representando a dimensão comportamental da atitude preconceituosa. Estes conceitos são interrelacionados e frequentemente reforçam um ao outro, perpetuando desigualdades e injustiças sociais (Rodrigues; Assamar; Jablonski, 2000).

De acordo com Pereira (2020), a psicologia deve reconhecer que o racismo não pode ser desmantelado por meio de abordagens tradicionais de superação subjetiva, uma vez que o racismo está profundamente arraigado na estrutura do cotidiano. A superação do racismo requer uma abordagem comunitária, embora a superação individual do sofrimento causado pelo racismo seja significativa, a cada novo nascimento e nas relações interpessoais que se estabelecem, as experiências de racismo podem ser perpetuadas.

A Resolução do CFP N° 018 (2002) estabelece que os psicólogos devem atuar segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo. Eles não devem exercer qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia, não devem utilizar instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial. Além disso, não devem colaborar com eventos ou serviços de natureza discriminatória ou que contribuam para culturas institucionais discriminatórias, nem se pronunciar ou participar de pronunciamentos públicos que reforcem o preconceito racial.

Conforme a Psicóloga Alessandra Almeida (Conselho Federal de Psicologia, 2024), conselheira do CFP e integrante da Comissão de Direitos Humanos da Autarquia, afirma que todas as instituições brasileiras, geralmente, são atravessadas pelo racismo, não sendo diferente com a Psicologia brasileira. Ressalta-se que, por ter sido desenvolvida no Brasil a partir de teorias europeias e norte-americanas que não dialogavam com a realidade complexa do país, a Psicologia aqui realizada se organizou a partir de uma estrutura de colonialidade que se firmou no tripé gênero, raça e classe - caracterizando relações de subordinação e hierarquia que impactam a vida das pessoas. Observa-se um choque extremamente violento, devido à diversidade de realidades e aos diferentes impactos na saúde mental e na forma de existir no mundo das pessoas.

Reflete-se que o mito da democracia racial ainda persistia até recentemente, quando dados oficiais sobre os índices de desenvolvimento humano começaram a

evidenciar a vulnerabilidade à qual determinadas populações (em especial as pessoas negras) estavam expostas, causando processos de invisibilização. Nesse contexto, explica-se que o fato de o Código de Ética Profissional da Psicologia ter como base os princípios e valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos possibilitou que a ciência e profissão pudessem refletir sobre suas práticas e promover debates com um olhar para a população e as particularidades presentes no país, não de um lugar de superioridade, mas de respeito à dignidade. Além disso, destaca-se a obrigação de examinar as realidades do país e problematizar as teorias psicológicas que, por muito tempo, foram utilizadas para reforçar estigmas e preconceitos (Conselho Federal de Psicologia, 2024).

Conforme Barcellos (2016), no contexto do combate ao racismo, é crucial que as pessoas percebam essa questão como uma ameaça pessoal. Isso só é viável quando as vítimas desse preconceito se identificam como alvos, reconhecendo o racismo como uma forma historicamente construída e injusta de lidar com as diferenças, especialmente em relação aos negros.

A Psicologia, como a ciência que estuda a subjetividade humana em suas diversas dimensões, possui a capacidade de fornecer bases sólidas para a explicação de fenômenos como apatia social, formação de vínculos, desenvolvimento psicossocial e os efeitos psicológicos do racismo nas relações humanas. No entanto, para abordar essa temática de maneira completa e eficaz, é fundamental que a Psicologia estabeleça um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento que já investigam o fenômeno do racismo, como História, Antropologia e Literatura (Carone; Bento, 2014).

Esse diálogo interdisciplinar possibilitará que a Psicologia compreenda como o racismo é estruturado e mantido simbolicamente, afetiva e cognitivamente, evidenciando como ele se reflete em manifestações somáticas e afeta as avaliações e diagnósticos clínicos, educacionais e jurídicos, quando a dimensão racial não é adequadamente considerada. Nesse sentido, a Psicologia deve se engajar na análise de questões sócio-históricas e comunitárias para entender a amplitude do racismo na história latino-americana (Pereira, 2020).

Ao adotar as ferramentas da Psicologia Social, que tem uma história de atuação mais forte nas comunidades latino-americanas, a Psicologia pode explorar novas estratégias e abordagens para superar as barreiras sociais impostas pelo

racismo. Isso inclui a promoção da conscientização como uma forma eficaz de intervenção psicológica, contribuindo para o enfrentamento do racismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Munanga, 2014).

Nesse contexto, o acolhimento e a construção de diálogos são fundamentais para estabelecer vínculos de reconhecimento de si mesmo no grupo e por meio do grupo. Esses vínculos são essenciais para a estruturação da subjetividade e o enfrentamento das consequências do racismo. Por outro lado, a sensação de que não é necessária uma abordagem coletiva para lidar com o racismo só pode ser desenvolvida se, anteriormente, houver a construção de uma base subjetiva sólida. A Psicologia desempenha um papel fundamental ao estabelecer mecanismos coletivos de reconhecimento social, promovendo diálogo e abraçando a diversidade. Isso cria espaços sociais legítimos nos quais o desenvolvimento amplo da subjetividade pode ocorrer, contribuindo para a superação do racismo (Bento, 1995).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, constatou-se que o racismo é sinônimo de sofrimento e que não há aspectos da vida dos negros que não estejam influenciados por ele, direta ou indiretamente. A dificuldade em reconhecê-lo como expressão de uma violência distinta de outras contribui para sua perpetuação.

O movimento feminista negro brasileiro surgiu das barreiras enfrentadas por mulheres negras dentro do movimento negro, relacionadas ao sexismo, e dentro do movimento feminista, relacionadas ao racismo. A partir da década de 70, com o Manifesto das Mulheres Negras denunciando as condições de opressão e exploração da mulher negra no Brasil, grupos independentes de mulheres negras começaram a se articular.

A subjetividade da mulher negra, moldada pelas interseções de gênero, raça, classe e outras dimensões sociais, é fundamental para o entendimento do feminismo negro no Brasil. Esse movimento, que surge como uma poderosa corrente dentro do feminismo, desafia as estruturas de opressão que afetam as mulheres negras e busca promover a equidade e a justiça social.

A Psicologia é uma aliada crucial na luta contra o racismo e no movimento do feminismo negro, oferecendo uma abordagem multifacetada para enfrentar essas

questões. Através da educação e conscientização, os psicólogos ajudam a elucidar os impactos do racismo e do sexismo, destacando as estruturas sociais que os perpetuam. Além disso, promovem o empoderamento e a resiliência das mulheres negras, fornecendo suporte emocional e estratégias de enfrentamento. Por meio de intervenções clínicas culturalmente sensíveis, oferecem um espaço seguro para processar traumas e fortalecer a saúde mental. Por fim, engajam-se em ativismo e advocacia, unindo-se a movimentos sociais e promovendo mudanças políticas e sociais em prol da justiça e igualdade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Jéssyca da Rosa Santos. **Formação em Psicologia e a Educação das Relações Raciais: Um Estudo sobre os Currículos de Graduação em Psicologia em Porto Alegre e Região Metropolitana.** 2016. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Psicologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148270>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 479-479, jan. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16466/15036>. Acesso em: 06 abr. 2024.

BERNARDES, Jefferson de Souza. **O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil: permanências, rupturas e cooptação nas políticas educacionais.** 2004. 268f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17243>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** São Paulo: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 17, n 49, p. 117-132, set. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/#>. Acesso em: 05 out. 2023.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências técnicas para atuação de psicólogos. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CFP destaca ações e desafios de Psicologia para a promoção de uma prática profissional antirracista**. Notícias, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp-destaca-acoes-e-desafios-da-psicologia-para-a-promocao-de-uma-pratica-profissional-antirracista/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

CRIOLA. **Mulheres negras e justiça reprodutiva 2020-2021**: Dossiê. Rio de Janeiro: Criola, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQQnZgeoBx/view>. Acesso em: 13 set. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SANTANA, Bianca. **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Belo Horizonte: Mazza, 2019. p. 72-103. Disponível em: <https://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Vozes-Insurgentes-de-Mulheres-Negras.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

KILOMBA, GRADA. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da população negra: Da conceitualização às políticas públicas de direito. *In*: WERNECK, Jurema. **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2009. p. 5-23. Disponível em: http://www.criola.org.br/livro_mulheresnegras.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 8, n. 2, p. 110-117, mar. 2009. **ISSN**: 1984-9044 versão *on-line*. Disponível em: <https://serr.assis.unesp.br/index.php/issue/view/58>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana Simões; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle; FRANÇA, Danilo; SOTERO, Edilza Correia; RIOS, Flávia; ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira; CARVALHO, Layla Daniele Pereira de; LIMA, Márcia; SILVA, Tatiana Dias. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039?locale=pt_BR. Acesso em: 10 out. 2023.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 9-11.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *In*: RATTTS, Alex. **Uma história feita por mãos negras**: Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 50–55.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 266-274, maio 2009. **DOI**: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5zT3DgW97n9MP7MFLNXFL3d/?lang=pt#>. Acesso em 20 abr. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

PACHECO, Ludmila Constant. Racismo cordial: Manifestação da discriminação racial à brasileira o domínio público e o privado. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 137-144, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/biblio-876258>. Acesso em: 13 set. 2023.

PEREIRA, Jayne Ornelas. **O Racismo Epistemológico na Psicologia**. 2020. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/26296/1/Jayne%20Ornelas%20Pereira.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos; VASCONCELOS, Esdras Guerreiro. Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo. **Pambazuka News**, São Paulo, ed. 63, p. 1-5, 29 nov. 2013. Disponível em: http://www.ammapsique.org.br/baixar/Artigo%20Cl%C3%A9lia%20Prestes%20-%20Mulheres%20negras_%20resist%C3%Aancia%20e%20resili%C3%Aancia%20ante%20os%20efeitos%20psicossociais%20do%20racismo.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

RESOLUÇÃO Nº 018, de 19 de Dezembro de 2002. **Estabelece normas de atuação para psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF. Acesso em 20 abr. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKE, Bernardo. **Psicologia Social**. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 5-6, abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/#>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, mar. 2010. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v12i2.9102>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102>. Acesso em: 10 out. 2023

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “objeto da ciência” ao sujeito político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 out. 2023.

SILVA, Benedito. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Revista Tabuleiro de Letras**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 78-88, 2018. DOI: 10.35499/tl.v12i1.5176. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>. Acesso em: 06 abr. 2024.